

02/10/2012

SEGUNDA TURMA

**MANDADO DE SEGURANÇA 30.799 RIO DE JANEIRO**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. CÁRMEN LÚCIA</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: CARMEN DE ANDRADE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOSÉ PÉRICLES COUTO ALVES E OUTRO(A/S)</b>
<b>IMPDO.(A/S)</b>	<b>: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>
<b>IMPDO.(A/S)</b>	<b>: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL FEDERAL</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: UNIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>

**EMENTA:** MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. SUSPENSÃO DE PENSÃO CONCEDIDA COM BASE EM LEI DE ANISTIA POR PRESUNÇÃO DE ILEGALIDADE, SEM PRÉVIO EXAME DO ATO DE CONCESSÃO. CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. SEGURANÇA CONCEDIDA.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, à unanimidade, **em conceder a ordem de segurança para determinar aos Impetrados que se abstenham de suspender os proventos de pensão da Impetrante até que o Tribunal de Contas da União aprecie, como de direito, a legalidade do benefício, ficando prejudicados os agravos regimentais interpostos contra o deferimento da liminar**, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, deste julgamento, os Ministros Celso de Mello e Joaquim Barbosa.

Brasília, 2 de outubro de 2012.

**MS 30.799 / RJ**

Ministra **CÁRMEN LÚCIA** - Relatora

02/10/2012

SEGUNDA TURMA

**MANDADO DE SEGURANÇA 30.799 RIO DE JANEIRO**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. CÁRMEN LÚCIA</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: CARMEN DE ANDRADE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOSÉ PÉRICLES COUTO ALVES E OUTRO(A/S)</b>
<b>IMPDO.(A/S)</b>	<b>: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>
<b>IMPDO.(A/S)</b>	<b>: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL FEDERAL</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: UNIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>

**RELATÓRIO**

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Mandado de segurança, com pedido de medida liminar, impetrado por Carmen de Andrade, em 2.12.2010, na 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo contra ato do Tribunal de Contas da União, que, no processo TC n. 026.074/2009-2, julgou ilegal e negou registro à pensão recebida pela Impetrante (Acórdão n. 4.429/2010).

**O caso**

2. Em 2.12.2010, Carmen de Andrade impetrou o Mandado de Segurança n. 0024029-79.4.03.6100 contra o chefe da Seção de Recursos Humanos do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, que teria ameaçado suspender o benefício previdenciário da Impetrante, em cumprimento ao que decidido pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão n. 4.429/2010.

Em 11.2.2011, o juízo da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo deferiu o pedido de inclusão do Presidente do Tribunal de Contas

**MS 30.799 / RJ**

da União no polo passivo da ação e deferiu a medida liminar requerida *“para determinar que as Autoridades Impetradas se abstenham de suspender os proventos de pensão da Impetrante, conforme termos do acórdão TCU n. 4429 de 10/08/2010 e Carta do INSS n. 21-702/34/2010”* (fl. 62).

Em 2.3.2011, o Tribunal de Contas da União prestou informações, nas quais suscitou preliminar de incompetência absoluta do juízo da 3ª Vara Cível Federal da Seção Judiciária de São Paulo para processar e julgar o mandado de segurança, nos termos do art. 102, inc. I, alínea *d*, da Constituição da República. Quanto ao mérito, ressaltou o *“não cabimento da liminar, ante a ausência do fumus boni juris, bem como ante a vedação contida no art. 1º, § 1º, da Lei n. 8.437/1992”* (fl. 110).

Em 10.5.2011, o juízo da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo revogou a medida liminar e determinou a remessa dos autos ao Supremo Tribunal Federal:

*“Procedem as insurgências. O juízo competente para julgar mandado de segurança impetrado em face de ato coator do Presidente do Tribunal de Contas da União é o Colendo Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 102, inciso I, ‘d’, da Constituição Federal (...). Ante o exposto, em juízo de retratação, nos termos do artigo 523, 2º, do CPC, impõe-se o reconhecimento da incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente mandamus. Revogo, ainda, a decisão liminar (...) Caracterizada a incompetência absoluta, encaminhem-se os autos ao Colendo Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 102, inciso I, ‘d’, da Constituição Federal”* (fl. 177).

Este mandado de segurança foi autuado no Supremo Tribunal Federal em 29.7.2011, veio-me em conclusão em 3.8.2011 e tem por objeto o seguinte julgado do Tribunal de Contas da União:

*“PESSOAL. APOSENTADORIA. LEGALIDADE E REGISTRO DE ALGUNS DOS ATOS. PERDA DE OBJETO DE*

**MS 30.799 / RJ**

OUTROS. PENSÃO INSTITUÍDA POR SERVIDOR QUE ACUMULAVA INDEVIDAMENTE CARGOS PÚBLICOS. ATO DE APOSENTADORIA JULGADO LEGAL E REGISTRADO HÁ MAIS DE 10 ANOS. VERIFICAÇÃO DE NÃO FOI ENCAMINHADO AO TCU O ATO DE APOSENTADORIA RELATIVO AO OUTRO CARGO, TAMPOUCO O DE PENSÃO DELA DECORRENTE. LEGALIDADE E REGISTRO DA PENSÃO CONSTANTE DOS AUTOS. DETERMINAÇÃO PARA QUE O OUTRO ÓRGÃO, NO QUAL O SERVIDOR ACUMULAVA INDEVIDAMENTE CARGO PÚBLICO, ADOTE AS MEDIDAS TENDENTES À SUSPENSÃO DOS PAGAMENTOS DA PENSÃO, ASSEGURADO À VIÚVA O DIREITO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA JUNTO À ADMINISTRAÇÃO. DETERMINAÇÕES (...). *Quanto à pensão instituída por Carlos Luiz de Andrade, aposentado no cargo de Assistente Jurídico, permito-me dissentir do encaminhamento proposto, nada obstante também entenda ser ilícita a percepção de proventos desse cargo com o de Procurador Federal. De fato, o Supremo Tribunal Federal, no julgado RE 163.204-6/SP, Relator Ministro Carlos Velloso (julgado em 9.11.1994), entendeu que, também na vigência da Carta de 1988, é ilícita a acumulação de remuneração e proventos (recebidos em razão do exercício passado) de cargos inacumuláveis na atividade. Assim, todos os inativos aqueles que, após a Constituição de 1988, reingressaram no serviço público e assumiram novo cargo, cuja acumulação com o cargo do qual resultou sua aposentadoria não está expressamente prevista no texto constitucional, estavam em situação irregular e deveriam ter sido imediatamente afastados desses cargos ou renunciado aos seus proventos de aposentadoria. Ocorre que, sendo tal situação recorrente, haja vista que inúmeros servidores encontravam-se nessa situação, a EC 20/1998 convalidou essas situações irregulares, mas vedou a possibilidade de nova aposentadoria. Contudo, essa não parece ser a situação do instituidor Carlos Luiz de Andrade, uma vez que, já em 1990 havia completado 70 anos, idade máxima para permanência no serviço público (exceto para os cargos de provimento em comissão). Não há informações nos autos acerca do cargo de Procurador Federal*

**MS 30.799 / RJ**

(período de exercício, aposentadoria etc.), tampouco da pensão decorrente dessa aposentadoria. Sabe-se apenas que a viúva vem recebendo pensão decorrente do exercício desse cargo. Já a aposentadoria no cargo de Assistente Jurídico (TC 017.125/1995-2) foi julgada legal pela 1ª Câmara em Sessão de 2.9.1997. Assim sendo, e considerando que, de acordo com os contracheques juntados pela Sefip, a pensão de maior valor é justamente aquela relativa ao cargo de Assistente Jurídico, cuja aposentadoria já foi registrada e não mais pode ser revista (§ 2º do art. 260 do Regimento Interno), entendo deva a pensão ora em exame também ser registrada. Todavia, é de determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social que adote medidas administrativas tendentes a suspender o pagamento da pensão instituída por Carlos Luiz de Andrade relativa ao cargo de Procurador Federal, haja vista a ilegalidade da acumulação dos benefícios, conforme examinado anteriormente, assegurando-se à viúva o direito ao contraditório e à ampla defesa. Todavia, caso reste demonstrado que a aposentadoria do servidor no cargo hoje equivalente ao de Procurador Federal foi apreciada pelo TCU, deverão ser encaminhados os autos originais daquele processo para exame” (fls. 46-52, grifos nossos).

É contra esse acórdão do Tribunal de Contas da União que se impetra o presente mandado de segurança.

3. Em preliminar, a Impetrante “requer prioridade de tramitação processual, tendo em vista que (...) é pessoa idosa e doente, contando hoje com 90 (noventa) anos de idade” (fl. 2).

Alega que “é pensionista de Carlos Luiz de Andrade, e recebe proventos de pensão estatutária, de natureza contributiva, junto ao Ministério da Educação, desde 03/1996, tendo em vista o efetivo labor do seu falecido marido e recebe ainda uma pensão de anistiado de natureza indenizatória do Impetrado” (fl. 2, grifos nossos).

Afirma que “o falecido marido (...), em virtude de sua atuação em defesa

**MS 30.799 / RJ**

*das Instituições Democráticas do nosso país, na qualidade de Procurador Federal do antigo IAPAS, foi demitido e posteriormente anistiado por ato do então Sr. Diretor do Departamento Regional de Pessoal do IAPAS no Estado de São Paulo, através da PT IAPAS/SPDP n. 1.908, de 07/12/82” (fl. 2).*

*Argumenta que, “depois de devidamente anistiado de acordo com o art. 21 do Decreto-lei n. 84.143/79, observado o item III do artigo 178 da Lei n. 1711/52, na redação dada pela Lei n. 6481/77, a partir de 26/12/79, que regulamentou a Lei n. 6.683/79 – Lei de Anistia –, o falecido (...) foi aposentado passando a receber seus proventos proporcionais na base de 24/35 avos, de acordo com a lei anistiante” (fl. 3).*

*Sustenta que “é detentora da pensão excepcional de anistiado, com base na Lei n. 6.683/79 – Lei de Anistia desde 03/1996, e recebe proventos de pensão de natureza contributiva como assistente jurídico, junto ao Ministério do Planejamento (...). O recebimento da pensão por tempo de serviço e a pensão excepcional de anistiado tem naturezas completamente distintas, já que a primeira é contributiva e a segunda indenizatória” (fls. 3-4, grifos nossos).*

*Salienta que “dúvidas não restam de que os proventos recebidos (...) são completamente compatíveis, tendo em vista a sua diversidade de naturezas, ou seja, contributiva e indenizatória” (fl. 12).*

*Assevera que “é pessoa idosa, que possui como meio de subsistência os seus proventos de pensão excepcional de anistiado, verba de natureza alimentar, recebidos há mais de 15 (quinze) anos” (fl. 13).*

*Requer “liminar para determinar ao Impetrado que se abstenha de suspender os proventos de pensão da Impetrante naquele órgão, até o julgamento definitivo do presente mandamus” (fl. 16).*

*No mérito, pede “seja-lhe concedida a segurança definitiva, para determinar que ao Impetrado se abstenha de suspender os proventos de pensão da*

**MS 30.799 / RJ**

*Impetrante naquele órgão” (fl. 16).*

4. Em 5.8.2011, deferi *“a medida liminar requerida para suspender os efeitos do Acórdão TCU n. 4429/2010, quanto à Impetrante, até o julgamento do mérito da presente ação”* (doc. 5), requisitei informações ao Tribunal de Contas da União e determinei vista dos autos ao Procurador-Geral da República.

Em 28.8.2011 e em 29.8.2011, a União e o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS interpuseram agravos regimentais contra a decisão pela qual foi deferida a liminar pleiteada (docs. 16-17).

5. Em 29.8.2011, o Tribunal de Contas da União informou que não incidiria na espécie *“a decadência administrativa em face da inaplicabilidade do art. 54 da Lei 9.784/99 aos processos por meio dos quais o TCU exerce sua competência constitucional de controle externo de que cuida o inciso III do artigo 71 da Constituição Federal”* (fl. 4, doc. 20).

Comunicou que, *“ao examinar o ato de concessão de pensão à Impetrante, paga pelo Ministério da Educação, constatou que a pensionista já vinha percebendo uma outra pensão, esta paga pelo INSS, o que é vedado pela Constituição Federal (...). Embora a Impetrante já viesse percebendo pensão há muito tempo, paga pelo INSS, - desde 1996, como agora afirma na inicial -, somente por ocasião da deliberação ora impugnada é que esta Corte de Contas tomou ciência de que esse benefício lhe havia sido concedido por aquela entidade”* (fls. 7-10, doc. 20).

Noticiou que *“a pensão decorrente do cargo de Procurador Federal junto ao extinto IAPAS não foi submetida à apreciação deste Tribunal. (...). Portanto, quando proferiu o acórdão ora impugnado o TCU não tinha conhecimento de que a pensão concedida à Impetrante era decorrente de aposentadoria concedida pelo extinto IAPAS ao seu falecido marido, sob o pálio da lei de anistia, e muito menos que esta tinha natureza indenizatória (...), o alegado caráter indenizatório da*



**MS 30.799 / RJ**

*aposentadoria, e por conseguinte o da pensão dela decorrente, não é suficiente para afastar o fundamento de que se utilizou o TCU para determinar a suspensão do benefício pago pelo INSS à Impetrante” (fl. 10, doc. 20).*

*Asseverou que, “ao determinar ao INSS a suspensão do benefício, expressamente consignou que deveria ser assegurado à pensionista o direito ao contraditório e à ampla defesa. Obviamente que tal garantia deveria ser assegurada à interessada antes que o benefício fosse suspenso e não depois, como parece ter ocorrido. De qualquer forma, a suposta ausência de contraditório não é falha que possa ser imputada à ação do TCU, mas, sim, do INSS, a quem foi dirigida a determinação” (fls. 12-13, doc. 20).*

**6.** Em 26.6.2012, o Subprocurador-Geral da República Paulo da Rocha Campos opinou pela concessão do mandado de segurança:

*“O TCU determinou a suspensão do pagamento da pensão sem dispor de qualquer informação sobre a mesma, presumindo sua ilegalidade.*

*(...)*

*No caso, a suspensão do pagamento da referida pensão é ilegal por contrariar o art. 19 da Lei n. 10.559, de 13/11/2002, que determina a sua manutenção até que seja substituída pelo regime de ‘prestação mensal, permanente e continuada’, instituído por esta Lei, in verbis:*

*‘Art. 19. O pagamento de aposentadoria ou pensão excepcional relativa aos já anistiados políticos, que vem sendo efetuado pelo INSS e demais entidades públicas, bem como por empresas, mediante convênio com o referido instituto, será mantido, sem solução de continuidade, até a sua substituição pelo regime de prestação mensal, permanente e continuada, instituído por esta Lei, obedecido o que determina o art. 11.’*

*Saliente-se que a mencionada ‘prestação mensal, permanente e continuada’, por expressa cominação do inc. II do art. 1º da Lei n. 10.559/02, constitui ‘reparação econômica, de caráter indenizatório’, sendo possível a sua cumulação com a pensão previdenciária” (fl. 2,*

**MS 30.799 / RJ**

doc. 21).

É o relatório.

02/10/2012

SEGUNDA TURMA

**MANDADO DE SEGURANÇA 30.799 RIO DE JANEIRO**

**V O T O**

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. O objeto do presente mandado de segurança é a decisão proferida pela Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, que julgou ilegal o benefício previdenciário recebido pela Impetrante, determinou a suspensão do pagamento da pensão, referente ao cargo de Procurador Federal, e assegurou, posteriormente à suspensão da pensão, o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa pela Impetrante.

2. A Impetrante argumenta ser pensionista de Carlos Luiz de Andrade e receber pensão estatutária de natureza contributiva desde 1996, com relação ao cargo de assistente jurídico de seu falecido marido, e pensão de anistiado pelo cargo de procurador federal do extinto Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – Iapas, nos termos do art. 21 do Decreto n. 84.143/1979 c/c art. 178, item II, da Lei n. 1.711/1952. Assevera que a pensão por tempo de contribuição e a pensão excepcional de anistiado teriam naturezas jurídicas distintas: contributiva e indenizatória.

3. Na espécie vertente, está devidamente comprovado que o falecido marido da Impetrante, Carlos Luiz de Andrade, foi aposentado no cargo de procurador federal do extinto Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – Iapas, com base no art. 21 do Decreto n. 84.143/1979 e das Leis n. 1.711/1952 e 6.481/1977, desde 26.12.1979 (fl. 12, doc. 2), e que ele usufruía de aposentadoria voluntária em razão do exercício do cargo de assistente jurídico do Ministério da Educação, com proventos proporcionais, desde 23.8.1995 (fl. 13, doc. 2). Provou-se ainda que o ex-marido da Impetrante faleceu em 17.3.1996 (fl. 11, doc. 2), quando a Impetrante passou a ser beneficiária das pensões

**MS 30.799 / RJ**

instituídas por ele.

4. A aposentadoria concedida a Carlos Luiz de Andrade no cargo de procurador federal do extinto Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – Iapas, com base no art. 21 do Decreto n. 84.143/1979 e das Leis n. 1.711/1952 e 6.481/1977, desde 26.12.1979, tem natureza indenizatória. Enquanto a pensão registrada pelo Tribunal de Contas da União, referente ao cargo de assistente jurídico do Ministério da Educação, tem natureza contributiva, o que não veda a acumulação das pensões pela Impetrante.

No caso em exame, o Tribunal de Contas da União determinou “ao Instituto Nacional do Seguro Social que adote medidas administrativas tendentes a suspender o pagamento da pensão instituída por Carlos Luiz de Andrade relativa ao cargo de Procurador Federal, haja vista a ilegalidade da acumulação dos benefícios, conforme examinado anteriormente, assegurando-se à viúva o direito ao contraditório e à ampla defesa. Todavia, caso reste demonstrado que a aposentadoria do servidor no cargo hoje equivalente ao de Procurador Federal foi apreciada pelo TCU, deverão ser encaminhados os autos originais daquele processo para exame” (fls. 46-52, grifos nossos).

Como ressaltado pelo Procurador-Geral da República, o Tribunal de Contas da União

*“determinou a suspensão do pagamento da pensão sem dispor de qualquer informação sobre a mesma, presumindo sua ilegalidade, nos seguintes termos:*

*‘Relatório: (...)*

*O instituidor de pensão Carlos Luiz de Andrade era detentor de outra aposentadoria no cargo de Procurador Federal do Instituto Nacional de Seguro Social, conforme informações funcionais obtidas por consulta ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos, Siape (fl. 57).*

*A Constituição Federal de 1988 veda a acumulação remunerada de cargos públicos (art. 37, XVI), sendo esta proibição estendida aos*

**MS 30.799 / RJ**

*empregos e funções (art. 37, XVII).*

*(...)*

*Assim sendo, a concessão em apreço não merece prosperar, pois os cargos ocupados pelo instituidor (Assistente Jurídico e Procurador Federal) não eram passíveis de acumulação, na forma prevista no ordenamento jurídico.*

*Contudo, assiste o direito da beneficiária da pensão, Carmen de Andrade, de optar pelo provento mais vantajoso.*

*(...)*

*Voto: (...)*

*Não há informações nos autos acerca do cargo de Procurador Federal (período de exercício, aposentadoria etc.), tampouco da pensão decorrente dessa aposentadoria. Sabe-se apenas que a viúva vem recebendo pensão decorrente do exercício desse cargo. (...)*

*Todavia, é de determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social que adote medidas administrativas tendentes a suspender o pagamento da pensão instituída por Carlos Luiz de Andrade relativa ao cargo de Procurador Federal, haja vista a ilegalidade da acumulação dos benefícios, conforme examinado anteriormente, assegurando-se à viúva o direito ao contraditório e à ampla defesa.*

*Todavia, caso reste demonstrado que a aposentadoria do servidor no cargo hoje equivalente ao de Procurador Federal foi apreciada pelo TCU, deverão ser encaminhados os autos originais daquele processo para exame'''* (fl. 2-3, doc. 21, grifos nossos).

No entanto, a Impetrante: *a)* tem 90 anos de idade (fl. 2, doc. 2); *b)* é portadora de neoplasia maligna de mama (fl. 17, doc. 2); e *c)* percebe a aposentadoria desde 17.3.1996. Assim, o direito ao contraditório e à ampla defesa deveria ser exercido antes da suspensão da pensão. Na espécie, o Tribunal de Contas determinou a suspensão da pensão referente ao cargo de procurador federal, para depois assegurar à viúva o direito ao contraditório e à ampla defesa, o que contraria a atual jurisprudência deste Supremo Tribunal.

Nesse sentido:

**MS 30.799 / RJ**

*“A recente jurisprudência consolidada do STF passou a se manifestar no sentido de exigir que o TCU assegure a ampla defesa e o contraditório nos casos em que o controle externo de legalidade exercido pela Corte de Contas, para registro de aposentadorias e pensões, ultrapassar o prazo de cinco anos, sob pena de ofensa ao princípio da confiança – face subjetiva do princípio da segurança jurídica. Precedentes. III – Nesses casos, conforme o entendimento fixado no presente julgado, o prazo de 5 (cinco) anos deve ser contado a partir da data de chegada ao TCU do processo administrativo de aposentadoria ou pensão encaminhado pelo órgão de origem para julgamento da legalidade do ato concessivo de aposentadoria ou pensão e posterior registro pela Corte de Contas. IV – Concessão parcial da segurança para anular o acórdão impugnado e determinar ao TCU que assegure ao impetrante o direito ao contraditório e à ampla defesa no processo administrativo de julgamento da legalidade e registro de sua aposentadoria, assim como para determinar a não devolução das quantias já recebidas. V – Vencidas (i) a tese que concedia integralmente a segurança (por reconhecer a decadência) e (ii) a tese que concedia parcialmente a segurança apenas para dispensar a devolução das importâncias pretéritas recebidas, na forma do que dispõe a Súmula 106 do TCU” (MS 2.4781, Redator para o acórdão o Ministro Gilmar Mendes, Plenário, DJe 9.6.2011).*

5. Além disso, conforme informado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, o processo de aposentadoria referente ao cargo de procurador federal não teria sido remetido àquele Tribunal para o controle de legalidade, conforme dispõe o art. 71, inc. III, da Constituição da República:

*“Frisa-se: a pensão decorrente do cargo de Procurador Federal junto ao extinto IAPAS não foi submetida à apreciação deste Tribunal. O que esteve em julgamento por ocasião da prolação do acórdão impugnado foi o ato de concessão de pensão obtida pela impetrante junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), decorrente do cargo de Assistente Jurídico exercido pelo seu falecido marido.*

**MS 30.799 / RJ**

A própria aposentadoria do Sr. Carlos Luiz de Andrade, que deu origem à pensão no IAPAS, não foi submetida ao julgamento de legalidade determinado pelo art. 71, III, da Constituição Federal, consoante expressamente asseverado no Voto do Relator.

Portanto, quando proferiu o acórdão impugnado, este TCU não tinha conhecimento de que a pensão concedida à impetrante era decorrente de aposentadoria concedida pelo extinto IAPAS ao seu falecido marido, sob o pálio da lei de anistia, e muito menos que esta tinha natureza indenizatória, como também agora se alega na inicial.

Nada obstante isso, o alegado caráter indenizatório da aposentadoria, e por conseguinte o da pensão dela decorrente, não é suficiente para afastar o fundamento de que se utilizou o TCU para determinar a suspensão do benefício pago pelo INSS à Impetrante” (fl. 10, doc. 20, grifos nossos).

Assim, por presumir que a pensão percebida pela Impetrante seria ilegal, o Tribunal de Contas determinou a suspensão do benefício sem examinar a sua legalidade e sem observar o devido processo legal.

**6. Pelo exposto, voto no sentido de conceder a segurança para determinar aos Impetrados que se abstenham de suspender os proventos de pensão da Impetrante até que o Tribunal de Contas da União aprecie, como de direito, a legalidade do benefício, ficando prejudicados os agravos regimentais interpostos contra o deferimento da medida liminar.**

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**MANDADO DE SEGURANÇA 30.799**

PROCED. : RIO DE JANEIRO

**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**

IMPTE.(S) : CARMEN DE ANDRADE

ADV.(A/S) : JOSÉ PÉRICLES COUTO ALVES E OUTRO(A/S)

IMPDO.(A/S) : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

IMPDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

INTDO.(A/S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**Decisão:** A Turma, por unanimidade, concedeu a segurança para determinar aos Impetrados que se abstenham de suspender os proventos de pensão da Impetrante até que o Tribunal de Contas da União aprecie, como de direito, a legalidade do benefício, ficando prejudicados os agravos regimentais interpostos contra o deferimento da liminar, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Joaquim Barbosa. **2ª Turma**, 02.10.2012.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à sessão o Senhor Ministro Gilmar Mendes e a Senhora Ministra Cármen Lúcia. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

p/ Fabiane Duarte  
Secretária